

Relatório estadual/Distrital

## BAHIA

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa	
Nome:	Leide Mota de Andrade
Telefones:	[REDACTED]
E-mail:	[REDACTED]

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Representação
Jorge da Cruz Vieira (Presidente)	Poder Público/APEB
Leide Mota de Andrade (Vice-Presidente)	Sociedade Civil /AABA
Afonso Pereira da Silva	Poder Público/APEB
Fábio Costa Damásio	Poder Público/APEB
Ivana Bittencourt Santos Severino	Universidade Federal da Bahia - UFBA
Mabel Meira Mota	Universidade Federal da Bahia - UFBA
José Claudio de Carvalho Rodrigues	Sociedade Civil /AABA
José Carlos Ferreira dos Santos Filho	ZUMVÍ
Rosinês de Jesus Duarte	Movimento Negro Unificado- MNU
Lívia Borges Souza Magalhães	Pesquisadora do grupo de pesquisa <i>Modus Scribendi</i>

*Relatório estadual/Distrital*

## **BAHIA**

### **APRESENTAÇÃO**

A etapa estadual da Bahia da 2ª Conferência Nacional de Arquivos foi realizada em 11 de abril de 2026, no Auditório do Arquivo Público do Estado da Bahia, integrando o processo nacional de construção de diretrizes para as políticas públicas de arquivos. Nesse sentido, a realização da etapa estadual evidencia a relevância das instâncias territoriais de debate, ao reunir diferentes segmentos, regiões e perfis profissionais em um espaço voltado à escuta, à articulação e à formulação coletiva de propostas.

Em termos de organização, a programação foi concebida de modo contínuo e progressivo, de forma a articular, ao longo do dia, momentos institucionais, expositivos e deliberativos. Inicialmente, entre 08h00 e 09h00, ocorreu o credenciamento, concentrando a acolhida dos participantes e a organização do fluxo de entrada. Na sequência, das 09h00 às 09h30, realizou-se a mesa de abertura, que marcou o início oficial das atividades e situou o encontro no contexto estadual e nacional.

Na continuidade da programação, das 09h30 às 10h00, ocorreu a contextualização da Política Nacional de Arquivos, conduzida por Jorge X, diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, momento que contribuiu para o alinhamento conceitual das discussões e para a compreensão do lugar da conferência no cenário mais amplo das políticas públicas. Em seguida, entre 10h00 e 10h40, procedeu-se à leitura e aprovação do regimento da etapa estadual, assegurando as bases normativas para o desenvolvimento dos trabalhos. Logo após, entre 10h40 e 11h00, foi apresentada a dinâmica dos grupos de trabalho, orientando os participantes quanto à metodologia adotada e aos objetivos do processo deliberativo.

Com essas etapas iniciais consolidadas, a programação avançou para o momento central de discussão coletiva. A partir das 11h00, iniciaram-se as atividades nos grupos de trabalho, que se estenderam até às 12h30. Organizados em seis eixos temáticos, os grupos contemplaram dimensões estruturantes do campo arquivístico, como marco legal e governança, gestão de documentos, preservação e patrimônio, acesso e transparência, condições de trabalho e pluralidade da memória. O intervalo para almoço, realizado entre

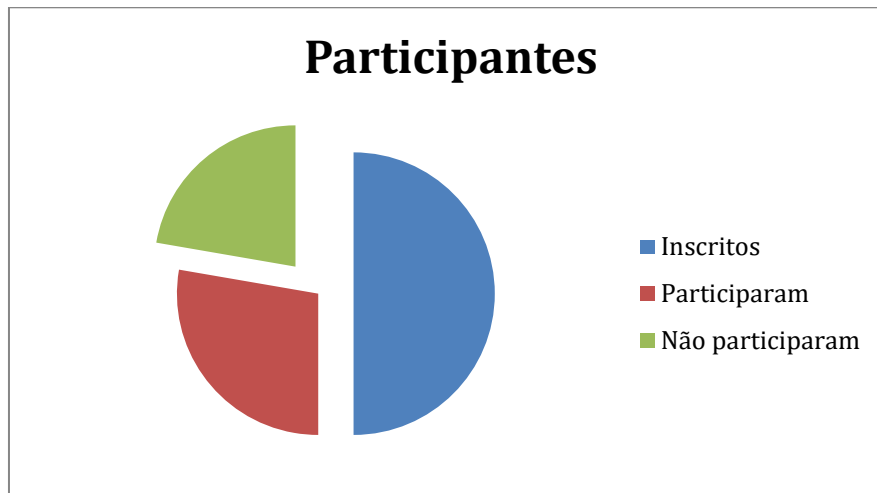
12h30 e 14h00, permitiu a pausa das atividades e a reorganização para o período subsequente.

Retomando os trabalhos entre 14h00 e 15h30, os grupos deram continuidade às discussões, aprofundando análises e consolidando proposições. Esse movimento de retomada evidenciou a continuidade do processo deliberativo iniciado pela manhã. Na etapa final da programação, entre 15h30 e 17h30, realizou-se, em primeiro lugar, a eleição das pessoas delegadas e, na sequência, a votação das propostas elaboradas ao longo do dia, encerrando o ciclo de debates com a formalização das deliberações. Assim, a programação se desenvolveu como um fluxo integrado, no qual cada etapa se articulou à seguinte, assegurando coerência entre discussão, sistematização e decisão.

Paralelamente ao desenvolvimento das atividades, a estrutura de acolhimento contribuiu para a permanência dos participantes ao longo de toda a programação. Foram disponibilizados café da manhã e lanche pela Associação de Arquivistas da Bahia, enquanto o almoço foi viabilizado por meio de colaboração da Fundação Pedro Calmon, evidenciando a articulação institucional envolvida na realização da etapa estadual e o apoio de diferentes entidades ao processo.

No que se refere à participação, foram registrados 193 inscritos no processo preparatório da conferência no estado da Bahia, número que expressa o alcance da mobilização realizada nas etapas precedentes. Dentre esses inscritos, 105 participaram efetivamente da etapa estadual, correspondendo a 54,40% do total, enquanto 88 pessoas, equivalentes a 45,60%, não compareceram ao encontro presencial. Nesse sentido, a relação entre inscritos e participantes permite dimensionar a participação efetiva no evento em relação ao universo mobilizado, oferecendo um parâmetro objetivo e consistente para a leitura do processo conferencial, conforme apresentado no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Participação efetiva dos inscritos na etapa estadual



Fonte: Dados da conferência

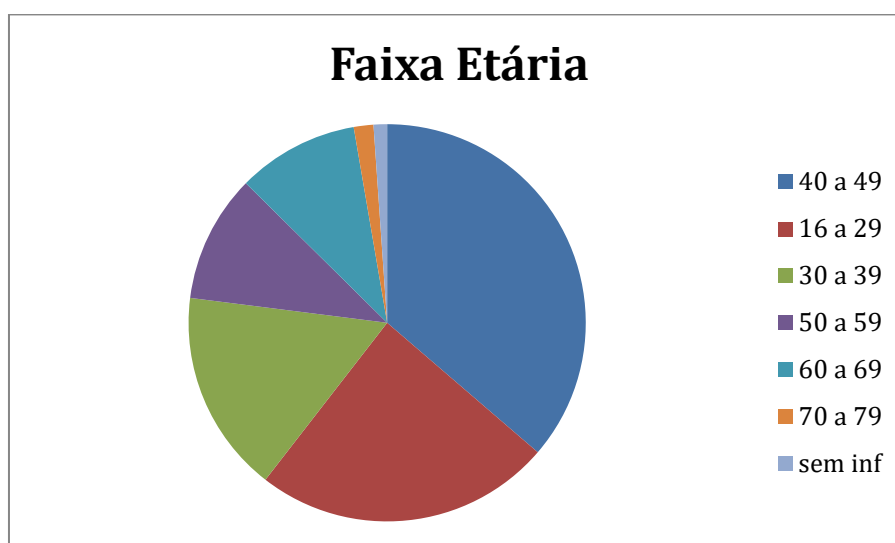
A análise do perfil de formação dos participantes revela um público majoritariamente qualificado e com forte vinculação às áreas do conhecimento diretamente relacionadas ao campo arquivístico e informacional, destacando-se a presença significativa de profissionais e estudantes das áreas de Arquivologia, História, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Educação e áreas afins. Observa-se, ainda, a coexistência de diferentes níveis de formação – desde graduandos até mestres e doutores –, o que contribuiu para a pluralidade das discussões e para a articulação entre perspectivas acadêmicas, técnicas e práticas. Essa diversidade formativa não apenas amplia o repertório teórico-metodológico mobilizado nos debates, como também fortalece o caráter interdisciplinar da conferência, permitindo a construção de proposições mais consistentes, ancoradas tanto na experiência profissional quanto na reflexão crítica produzida no âmbito da pesquisa e da formação acadêmica.

A presença de representantes de 25 localidades distintas também foi outro ponto levantado. Ela indica a abrangência territorial da mobilização e a inserção de diferentes regiões no processo de discussão. Essa diversidade geográfica contribui para a constituição de um espaço de debate que incorpora múltiplas realidades e experiências, reforçando o caráter representativo da etapa estadual.

No plano do perfil dos participantes, observa-se uma distribuição etária que abrange diferentes fases da vida adulta, com maior concentração na faixa entre 40 e 49 anos,

correspondente a 36,3% do total. Em seguida, destacam-se os participantes entre 16 e 29 anos, com 24,2%, e entre 30 e 39 anos, com 16,5%. As demais faixas etárias também estão representadas, com 10,4% entre 50 e 59 anos, 9,9% entre 60 e 69 anos e 1,6% entre 70 e 79 anos, havendo ainda 1,1% sem informação declarada, o que evidencia a presença de diferentes gerações no espaço conferencial, conforme apresentado no gráfico 2.

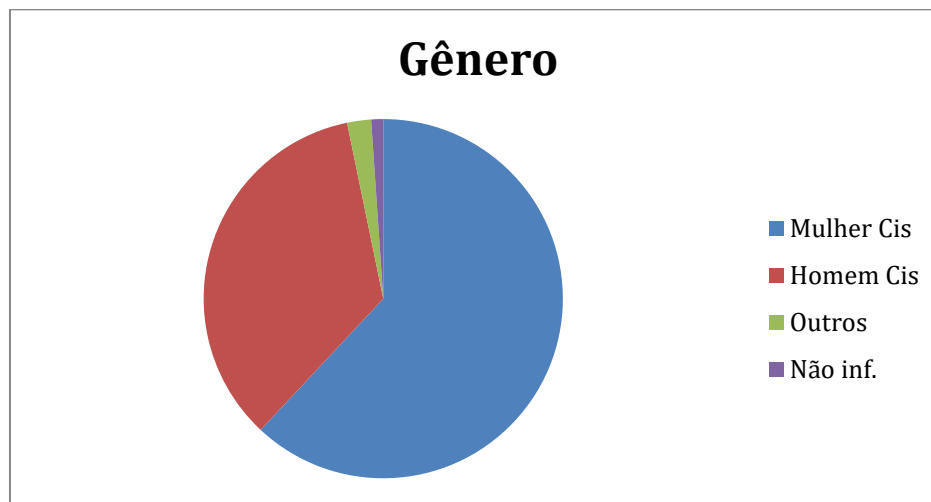
**Gráfico 2:** Distribuição etária dos participantes



Fonte: Dados da conferência

No que se refere à identidade de gênero, os dados indicam predominância de mulheres cis, que representam 63,2% dos participantes, enquanto homens cis correspondem a 33,5%. Outras identidades de gênero somam 2,2%, e 1,1% dos participantes não informou esse dado, o que revela uma expressiva participação feminina no campo dos arquivos e áreas correlatas, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 3:** Distribuição dos participantes por identidade de gênero



Fonte: Dados da conferência

A análise da autodeclaração racial dos 105 participantes evidencia a predominância expressiva de pessoas negras no conjunto de inscritos, considerando a soma das categorias “pretos” e “pardos” como majoritária em relação às demais. Ainda que se observe a presença de participantes autodeclarados brancos e, de forma mais residual, de outras categorias raciais, o perfil geral do evento revela uma forte participação de sujeitos negros, o que dialoga diretamente com a composição demográfica da Bahia e aponta para uma ocupação significativa desse espaço por grupos historicamente sub-representados em instâncias institucionais de debate sobre políticas arquivísticas e patrimônio. Tal configuração não apenas qualifica o perfil social da conferência, como também tensiona positivamente as discussões, ao incorporar experiências, perspectivas e demandas que refletem a diversidade racial e as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira.

Considerados em conjunto, os dados permitem caracterizar a etapa estadual da Bahia como um espaço de participação que reuniu diferentes perfis sociais, profissionais e territoriais, articulando, ao longo de sua programação, momentos de informação, debate e deliberação. A organização temporal das atividades, associada à diversidade dos participantes e à amplitude territorial observada, contribuiu para a consolidação do processo conferencial em âmbito estadual, reforçando sua função como instância de construção coletiva no campo das políticas públicas de arquivos.

## PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

### Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

#### Proposta 1

Criar e implantar o Programa de Governança Arquivística, com o objetivo de alinhar a União, os estados e os municípios ao Sistema Nacional de Arquivos, garantindo a obrigatoriedade da existência de instâncias formais de gestão documental (como comissões permanentes de avaliação de documentos e unidades de gestão documental), além de atualizar os marcos legais, a exemplo da Lei nº 8.159/1991.

#### Proposta 2

Criar um Fundo Nacional de Financiamento para Políticas Arquivísticas, com recursos públicos, destinado a apoiar ações estruturantes de gestão arquivística de documentos analógicos e digitais, bem como iniciativas de preservação, acesso e difusão.

### Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

#### Proposta 1

Fortalecer os Arquivos Públicos Estaduais, incluindo suas vinculações administrativas, recursos normativos, capacitação de equipes e a obrigatoriedade da presença de profissionais arquivistas nessas instituições.

#### Proposta 2

Instituir um plano nacional de preservação digital para acervos públicos e privados, estabelecendo diretrizes normativas e operacionais para gestão, preservação e acesso, garantindo integridade, presunção de autenticidade e longevidade dos documentos digitais, utilizando padrões abertos, formação continuada, inovação tecnológica e sustentabilidade do ecossistema nacional de preservação, adotando repositórios confiáveis, metadados normalizados, governança integrada e acesso contínuo e seguro à informação.

### Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

#### Proposta 1

Criar uma política nacional de uso de inteligência artificial para o tratamento de acervos, com foco na difusão, na preservação e no acesso, com alocação de recursos nas peças orçamentárias, como PPA, LDO e LOA.

#### Proposta 2

Implantar um programa permanente de educação patrimonial, de caráter intersetorial e transversal, nas diversas áreas, com alocação de recursos nas peças orçamentárias, como PPA, LDO e LOA, garantindo a representação de múltiplos grupos sociais, transformando os arquivos em espaços formativos permanentes e articulando educação e cidadania, inclusive por meio do uso de plataformas digitais governamentais.

## **Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania**

### **Proposta 1**

Estruturar uma política contínua de investimento em organização, digitalização e acesso a acervos, em ambientes interoperáveis e acessíveis, atribuindo ao Arquivo Nacional o papel de coordenar diretrizes e promover a integração institucional, de modo a garantir padronização e redução de desigualdades no acesso à informação.

### **Proposta 2**

Promover acessibilidade, inclusão e letramento informacional, garantindo que diferentes públicos possam acessar, compreender e utilizar a informação, prevendo a criação de instâncias institucionais e o desenvolvimento de ações formativas voltadas à redução de desigualdades no acesso.

## **Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia**

### **Proposta 1**

Criar um órgão de regulamentação e fiscalização do exercício profissional em Arquivologia, com a finalidade de fortalecer a valorização profissional, assegurar melhores condições de trabalho e ampliar a capacidade de incidência institucional da área.

### **Proposta 2**

Criar cursos de graduação em Arquivologia em instituições públicas estaduais, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas e promover a interiorização da formação, bem como construir diretrizes comuns para os cursos no país, por meio da atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), de modo a fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e as demandas contemporâneas da área.

## **Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social**

### **Proposta 1**

Mapear arquivos privados e comunitários, considerando a diversidade de territórios e suas práticas culturais e sociais, utilizando dados já produzidos por agências e órgãos institucionais, bem como ações e produções em desenvolvimento no âmbito acadêmico voltadas à preservação de acervos físicos e digitais nas comunidades, de modo a possibilitar a criação de um Fórum de Arquivos Comunitários e Privados e o fomento à certificação junto ao CONARQ.

### **Proposta 2**

Construir políticas de financiamento e apoio técnico específicas para arquivos privados e comunitários, considerando a realidade de escassez de recursos e as dificuldades de manutenção desses acervos, devendo tais políticas ser embasadas em mapeamentos e cadastros, geridos por agentes da sociedade civil, bem como por espaços de pesquisa acadêmica com ações extensionistas em comunidades.

## DELEGAÇÃO ELEITA

### SOCIEDADE CIVIL

	SEGMENTO (A, B,C, D)	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	<b>A</b>	Roseli Leal Ribeiro	
2.	<b>A</b>	Jussara Cristina da Silva Moreira	
3.	<b>A</b>	Gabriel Santos de Santana	
4.	<b>B</b>	Tainá Santos	Felipe de Britto Marinho da Silva
5.	<b>B</b>	Rosinês de Jesus Duarte	
6.	<b>B</b>	Mem Costa de Sousa	
7.	<b>C</b>	José Nilton Silva dos Santos Junior	Jorge Luiz dos Reis Santos
8.	<b>C</b>	Sandra Meneses do Sacramento	
9.	<b>C</b>	Kalika Brant da Silva	
10.	<b>D</b>	Milena Teixeira Barros	Pablo Sotuyo Blaco
11.	<b>D</b>	Lívia Borges Souza Magalhães	Fernanda Carvalho Lopes
12.	<b>D</b>	Ivana Bittencourt Santos Severino	

### PODER EXECUTIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Fábio Costa Damásio	

### PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Tassila Oliveira Ramos	

### PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Ricardo Sodré Andrade	

### ARQUIVOS OU SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome

1.	Emcarla Rodrigues da Cruz	
2.	Lucimar Oliveira Silva	
3.	Afonso Pereira da Silva	

## DELEGAÇÃO NATA

### DELEGAÇÃO NATA – Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do DF

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Jorge da Cruz Vieira	

### DELEGAÇÃO NATA – Arquivos Municipais Selecionados

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Lídia Santos Costa	

## DADOS SOBRE A ETAPA

### Participantes da etapa

Participantes da etapa	
Nome para relatório geral da conferência	Representação
1. Abraão Santana de Matos	Sociedade civil
2. Adalton Santos da Silva	Poder público
3. Adriana Sousa Silva	Sociedade civil
4. Adriana Pacheco Santos Caldas	Poder público
5. Adelaide Helena Targino Casimiro	Poder público
6. Afonso Pereira Da Silva	Poder público
7. Alcione Araujo Martins	Poder público
8. Alexandre Ferreira Conceição	Sociedade civil
9. Ana Aparecida Gonzaga da Silva	Sociedade civil
10. Ana Clara Serra Damasceno	Sociedade civil
11. Ana Gleise Souza	Poder público
12. Ana Lucia Silva Souza	Sociedade civil
13. Ana Lúcia Silva Nunes	Poder público
14. Ana Teresa Góis Soares	Poder público
15. Anderson Cleiton Jesus De Queiroz	Sociedade civil
16. Anderson Conceição Souza	Poder público
17. André Luis Pinheiro Santos	Sociedade civil
18. Antonio José da Silva Santos	Sociedade civil

19. Antonio Fernando C. Nunes	Sociedade civil
20. Ariana Mel Bastos Cardoso	Sociedade civil
21. Bianca da Silva Nunes	Sociedade civil
22. Cecília Alexandria Nepomuceno	Poder Público
23. Cibelly Arianda Matos dos Santos	Sociedade civil
24. Claudejane da Silva	Sociedade civil
25. Cleonice dos Santos Souza	Sociedade civil
26. Daienne Gonzaga Conceição	Poder público
27. Daniel dos Santos Firme	Sociedade civil
28. Diego Santos Do Nascimento	Poder público
29. Emile Cerqueira de Jesus	Sociedade civil
30. Emarla Rodrigues da Cruz	Poder público
31. Erenilda Amaral	Sociedade civil
32. Fabiana Priscilla Senna Ferreira	Poder público
33. Fábio Costa Damásio	Poder público
34. Fernanda Carvalho Lopes	Sociedade civil
35. Felipe de Britto Marinho da Silva	Sociedade civil
36. Frederico Andrade Vaccarezza	Sociedade civil
37. Gabriel Santos de Santana	Sociedade civil
38. Gabriela Barbosa Guedes Silva	Sociedade civil
39. Geisa Silva dos Santos	Sociedade civil
40. Gillian Leandro de Queiroga Lima	Poder público
41. Graciela Nunes Santos	Poder público
42. Iago Santos Vieira	Sociedade civil
43. Iasmin Santana Azevedo	Sociedade civil
44. Igor Santana Ferreira	Poder público
45. Indira Naiara Silva dos Santos	Poder público
46. Isabela Santos de Almeida	Sociedade civil
47. Isabel M <sup>a</sup> almeida dos Santos	Poder público
48. Isia Queiroz da Silva	Sociedade civil
49. Ivana Bittencourt dos Santos Severino	Sociedade civil
50. Jaqueline Silva de Souza	Poder público
51. Jader Moraes	Poder público
52. Joice Santos Silva do Nascimento	Poder público
53. Jorge da Cruz Vieira	Poder público
54. Jorge Luiz dos Reis Santos	Sociedade civil
55. José Nilton Silva dos Santos Junior	Sociedade civil
56. Josiene Santos	Sociedade civil
57. Jussara Cristina da Silva Moreira	Sociedade civil
58. Kacia Ribeiro	Sociedade civil
59. Kalinka Brant da Silva	Sociedade civil
60. Leide Mota de Andrade	Sociedade civil
61. Leila Rocha	Sociedade civil
62. Lídia Santos Costa	Poder público
63. Lívia Gomes Côrtes	Sociedade civil

64. Lívia Guimarães dos Santos	Sociedade civil
65. Lucimar Oliveira	Poder público
66. Luis Carlos Oliveira	Sociedade civil
67. Luiz Conrado de Farias Neto	Sociedade civil
68. Luiz Felipe Noia Santos da Silva	Sociedade civil
69. Lucineide Santos Vieira	Poder público
70. Mahin Fernanda Soares Costa Santos	Sociedade civil
71. Marcos Oliveira dos Santos	Poder público
72. Marcus Antonio Sampaio Avelino	Sociedade civil
73. Mabel Meira Mota	Poder público
74. Maria Alice Santos Ribeiro	Poder público
75. Maria Clara da Silva Santos	Poder público
76. Maria Fernanda Souza	Sociedade civil
77. Maria Luiza Fonseca De Brito Santos	Sociedade civil
78. Mem Costa de Sousa	Sociedade civil
79. Miguel Bispo dos Santos	Sociedade civil
80. Milena Teixeira Barros	Sociedade civil
81. Mylena Alves de Assis	Sociedade civil
82. Monica Cerqueira Ferreira	Sociedade civil
83. Nágila Gonçalves	Sociedade civil
84. Paulo Victor Machado de Jesus	Poder público
85. Pablo Sotuyo Blanco	Sociedade civil
86. Raimundo José Rocha Marins	Poder público
87. Ricardo Sodré Andrade	Poder público
88. Roseli Ribeiro	Sociedade civil
89. Rosenildes Sena Dos Santos	Sociedade civil
90. Rosinês de Jesus Duarte	Sociedade civil
91. Ruth Marcellino da Motta Souza	Sociedade civil
92. Ruan Philippe	Sociedade civil
93. Sabrina Ribeiro simoes	Sociedade civil
94. Sandra Meneses do Sacramento	Sociedade civil
95. Sandra Tourinho Costa	Sociedade civil
96. Simone Borges Camargo de Oliveira	Sociedade civil
97. Tainá Jamine dos Santos Oliveira	Sociedade civil
98. Talitha Amorim	Sociedade civil
99. Tassila Oliveira Ramos	Sociedade civil
100. Ubirajara Almeida	Sociedade civil
101. Valdiele Conceição Lima	Sociedade civil
102. Valdimário Ferreira Beltrão	Sociedade civil
103. Wadson Argolo Barbosa	Sociedade civil
104. Yasmin C S Rufino	Sociedade civil
105. Yuri Santana Andrade	Sociedade civil

## Listagem de localidades presentes na etapa estadual/Distrital;

- Salvador.
- Alagoinhas.
- Juazeiro.

## MOÇÕES APROVADAS

Quantidade de moções aprovadas: XX

### Moção 1:

Destinatário: Conselho Nacional de Arquivos
Tipo de moção: De recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 41
Resumo da moção: Inclusão e diversidade na memória (arquivos sensíveis) com protocolos para documentos das majorias e das minorias, com a criação de diretrizes específicas para a guarda e acesso de documentos relativos a direitos humanos, comunidades indígenas e quilombolas, tratando o arquivo como instrumento de reparação histórica, garantido no PPA de 2024 - 2027.

### Moção 2:

Destinatário:
Tipo de moção:
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção:
Resumo da moção:



**Figura 3 e 4** – Plenária em votação



**Figura 5**– Comissão Organizadora



Figura 6 e 7 – Apresentação de pessoas delegadas

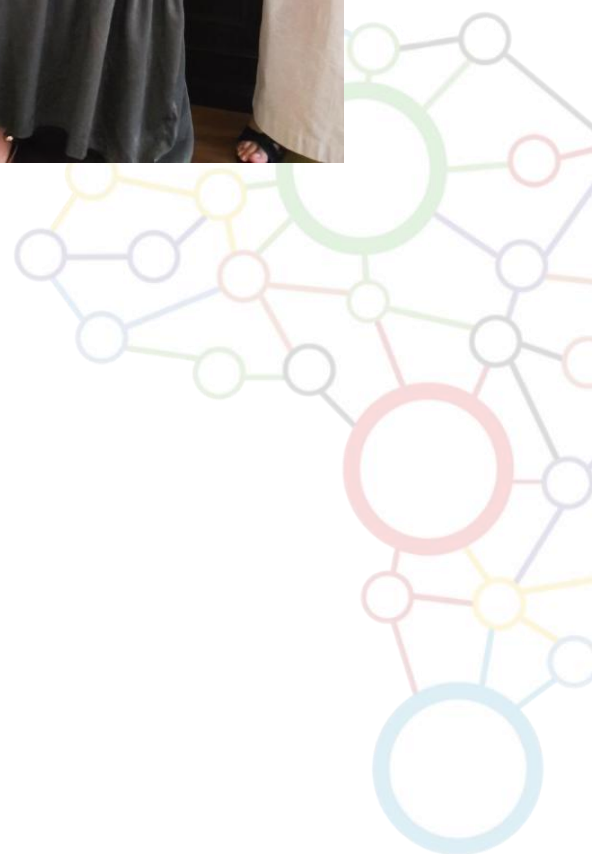


Figura 8– Plenária



Figura 9 – Discussão nos Eixos



Figura 10– Lanche

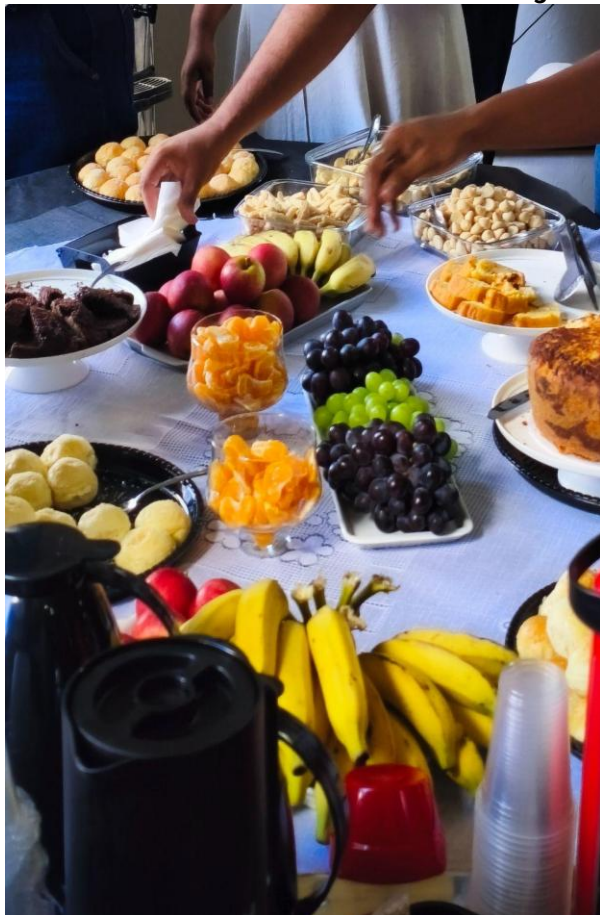


Figura 11 – Delegados eleitos



Figura 12–Encerramento



## ANEXOS

### PLANILHA DE DADOS DA DELEGAÇÃO ELEITA

